

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO Ato nº 194 de 21 de setembro de 2016.

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação do anexo I do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2016, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para divulgação e conhecimento público.

MARIA JOSÉ GIRÃO
Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2015 a AGOSTO/2016

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Despesas Executadas (últimos 12 meses)			
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA COM PESSOAL			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	307.025.570,65	1.007.524,13	308.033.094,78
Pessoal Ativo	227.617.834,20	519.266,55	228.137.100,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	79.407.736,45	488.257,58	79.895.994,03
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	71.229.188,59	460.426,24	71.689.614,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	211.576,02		211.576,02
Despesas de Exercícios Anteriores	2.188.731,60	460.426,24	2.649.157,84
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	68.828.880,97		68.828.880,97
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	235.796.382,06	547.097,89	236.343.479,95

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			695.041.042.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100	0,033926%	0,000079%	0,034004%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,069410%	482.427.987,25
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)		0,065940%	458.306.587,89
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		0,062469%	434.185.188,53

FONTE: SIAFI e Divisão Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Reg – 16/09/16-09hs

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
- 2) Foi cancelado o saldo de R\$ 35,70 do empenho de Restos a Pagar inscrito em dez/2015 – 2015NE002000, 3190.92.16, através do 2016NE000558.
- 3) Nas despesas com Pessoal não estão computadas aquelas executadas por meio de descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:
- Precatórios da Adm. Indireta - R\$ 101.636.341,70; Prec. da Adm. Direta - R\$ 753.131,99 e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R\$ 31.681,83

4) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000

Fortaleza, 21 de setembro de 2016.

MARIA JOSÉ GIRÃO

Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

FRANCISCO JOSÉ PONTES IBIAPINA

Diretor Geral-Ordenador de Despesas

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA

Diretora da Divisão de Orçamento e Finanças

RICARDO DOMINGUES DA SILVA

Secretário de Controle Interno